



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**PORTO ALEGRE DO NORTE – MT**  
CNPJ: 03.238.672/0001-28

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2025**

Câmara Municipal de Porto Alegre do  
Norte - MT



**PROTOCOLO GERAL 92/2025**  
Data: 14/03/2025 - Horário: 12:47  
Legislativo

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E AS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO E A LEI COMPLEMENTAR Nº 014/2016 DE 19 DE SETEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**CARLOS ROBERTO TOMAZETTO**, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A Lei Complementar nº 003/2014, de 30 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 193.....**

**§ 5º.** O recolhimento do ISSQN devido deve ser feito até o dia 20 (vinte) do próximo mês de competência.

**Art. 2º.** O art. 2º da Lei Complementar nº 014/2019, de 19 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 2º.** A Lei Complementar nº 003/2016, de 30 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 229.....**

**§ 1º.** O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

**§ 2º.** A não incidência prevista no inciso I restringe-se ao valor do imóvel suficiente à integralização da cota do capital social, incidindo o imposto sobre o excedente do valor venal, se houver.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte, 13 de março de 2025.

**CARLOS ROBERTO TOMAZETTO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**PORTO ALEGRE DO NORTE – MT**  
CNPJ: 03.238.672/0001-28

**JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2025**

"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E AS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO E A LEI COMPLEMENTAR Nº 014/2016 DE 19 DE SETEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Senhor Presidente!!!  
Nobres Vereadores!!!

Ao tempo em que os cumprimentos, servem o presente para apresentar o Projeto de Lei Municipal Nº 011/2025, que "ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E AS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO E A LEI COMPLEMENTAR Nº 014/2016 DE 19 DE SETEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

No sistema tributário plasmado pela Constituição, a competência para tributar a transmissão *inter vivos* por ato oneroso de bens imóveis, de direitos reais sobre imóveis (exceto os de garantia) e a cessão de direitos a sua aquisição fora outorgada aos municípios. Trata-se do vulgarmente conhecido ITBI.

Alguns municípios, ao estabelecerem as regras do ITBI, têm desconsiderado o texto da Constituição e exigido o recolhimento do imposto sobre hipótese que jamais poderia existir.

A imunidade, para acontecer, não depende de uma operação envolvendo os "mesmos alienantes". É irrelevante quem seja o destinatário dos bens ou direitos imobiliários quando se extingue a pessoa jurídica. A Lei Maior não trata dessa minúcia, não cria essa distinção factual; reza, tão somente, que o imposto não incide "sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de [...] extinção de pessoa jurídica".

Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei Complementar em caráter de urgência para apreciação dos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Porto Alegre do Norte – MT, 13 de março de 2025.

  
**CARLOS ROBERTO TOMAZETTO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**